



MEIO AMBIENTE

DA QUESTÃO AMBIENTAL À UNANIMIDADE DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

FROM THE ENVIRONMENTAL ISSUE TO THE UNANIMOUS NOTION OF SUSTAINABLE DEVELOPMENT

Vanderli Custódio

Professora doutora do IEB-USP, área de Geografia

e-mail: vanderli@usp.br

RESUMO

O presente texto aborda, de forma crítica, dois temas correlacionados e contemporâneos: questão ambiental e desenvolvimento sustentável. Objetiva-se identificar a origem da atual questão ambiental e desmistificar a unanimidade construída em torno da noção de desenvolvimento sustentável. A perspectiva privilegiada é a das ciências sociais e humanas. Intenta-se alertar para o fato de toda unanimidade poder ocultar uma aconceitualidade perniciosa.

Palavras-chave: *Questão ambiental, desenvolvimento sustentável, sustentabilidade, sociedade, natureza.*

ABSTRACT

The present paper undertakes a critical analysis of two interrelated contemporary issues: the environmental problem and sustainable development. The objective is to identify the origin of the current environmental issue and to demystify the unanimity constructed around the notion of sustainable development. It is adopted the perspective of the human and social sciences. The goal is to alert to the fact that the mentioned unanimity can hide a pernicious conceptuality.

Key words: *Environmental question, sustainable development, sustainability, society, nature.*

INTRODUÇÃO

“Toda unanimidade é burra!”

Nelson Rodrigues

Refletir sobre a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável de forma enriquecedora significa ir além dos discursos repetitivos. É pensá-los como se nos deparássemos com essas problemáticas pela primeira vez e tomá-las como “coisas” a serem estudadas de modo a desmistificar os discursos ideológicos e a pseudoconcreticidade, reveladores somente do mundo dos fenômenos externos, do tráfico e da manipulação, das representações comuns e dos objetivos fixados¹.

Passo importante, para tanto, é a consideração da questão ambiental e do desenvolvimento sustentável² de forma crítica, e no bojo das ciências sociais, o que significa nos dizeres de Moraes (1994, p. 90):

“[...] abordar a relação sociedade/natureza na ótica dos fenômenos sociais. A perspectiva específica dessa visão é tomar essa relação não como interface de dois domínios, mas observar como a sociedade se articula (em sua lógica e dinâmica própria) para se apropriar e submeter a natureza. A discussão começa e acaba no âmbito dos processos sociais [...]”

A questão ambiental

As perguntas a serem feitas são: quando, como, onde e por que a questão ambiental passou a integrar a pauta mundial contemporânea? Em respostas, e sem retroceder à larga na História: um início temporal razoável é o século 18, com a emergência da primeira Revolução Industrial, a configuração da escala mundo ensejada pelo capital e o fenômeno do processo de urbanização³ capitalista. É quando toma incremento, sem precedentes, a utilização da natureza⁴ primeira⁵.

Desde então, muitos foram os preocupados⁶ com as problemáticas atualmente consideradas como “ambientais”, que, em verdade, são questões oriundas da contradição fundamental do modo de produção capitalista – forças produtivas x relações de produção⁷.

Porém, a partir das décadas de 1960 e 1970 os problemas ambientais se tornaram “questão ambiental”. A pergunta insistente é: por quê? A resposta, certamente, passará pela análise da crise da fase fordista/keynesiana do capitalismo e derivações: a crise do Estado, do mercado, do planejamento, dos investimentos, da acumulação de riqueza, da ciência, dos modos de vida e de sentir, enfim, dos paradigmas em geral.

Aliás, a ruptura dos paradigmas iniciou-se antes da crise fordista, mas foi extremada por ela dessa forma, complementam-se. O indício foi a descoberta do princípio da incerteza – a “impossibilidade de medir simultaneamente a posição e a velocidade de um objeto quântico”⁸; portanto, de precisar onde estão e o que são as “coisas”⁹ – pelo físico quântico Werner Karl Heisenberg, em 1927.

A descoberta colocou em xeque certezas positivistas e verdades racionalistas que não foram abaladas imediatamente, muito ao contrário, as rápidas reconstruções da Europa e do Japão após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e o sucesso da “Era de Ouro de 1947-73, algo sem precedentes” (HOBBSAWN, 1995, p. 18), proporcionadas pelo modelo fordista, preservaram o *status quo*. Mas a crise do modelo – detonada pelo encarecimento da sustentação de sua matriz energética, o petróleo¹⁰, e aceita como tal no final da década de 1970, agravou irremediavelmente a crise dos paradigmas. Algo havia mudado, mas o quê? Segundo Harvey (1992, p. 15-20), a partir dos anos 70 começaram as transformações na qualidade da vida urbana e na “estrutura do sentimento”, provocadas pela monotonia do modernismo universal e pelo declínio das verdades eternas, imutáveis e absolutas preconizadas pelo racionalismo.

Segundo Hobsbawn (1995, p. 23-24), três coisas mudaram: o mundo deixou de ser eurocêntrico, o globo se tornou uma “unidade operacional única” e, por último, ocorreu uma desintegração dos antigos “padrões de relacionamento social humano.”

Quantos autores citarmos, quantas serão as rupturas identificadas e menores as dúvidas¹¹ de a crise fordista ter evidenciado a crise dos paradigmas, pois representou a máxima utilização das verdades racionalistas. Diga-se, de certos tipos de leitura e de prática¹² da razão iluminista, ou seja, daquelas lógicas produtivistas úteis: capitalista¹³ concorrencial, monopolista e monopolista de Estado. Lógicas reducionistas caracterizadoras do crescimento econômico e do desenvolvimento social pela racionalidade científico-tecnológica, pelo lucro e o consumo como meio de resolução de todos os problemas. A crise do fordismo demonstrou a fragilidade de tais “promessas” e tornou evidentes questões como a ambiental e, não por acaso, nos países que mais usufruíram os sucessos fordistas.

Após a Segunda Guerra, as sociedades dos chamados países do Norte vivenciaram crescentes sofisticções produtiva, tecnológica e consumista, propiciadoras de elevado nível de vida¹⁴, porém a qual custo? Ao custo do empobrecimento de milhões de pessoas dos países do Sul, da superutilização e comprometimento da natureza primeira de todo o planeta, sem, contudo, livrá-las de males como a xenofobia, as doenças, a violência urbana, as drogas e as angústias existenciais.

As causas e as conseqüências da crise econômica – como o aumento do preço do barril do petróleo, o rompimento do acordo entre capital, trabalho e Estado, o desemprego, o aviltamento do *welfare state* e a queda do muro de Berlim – exacerbaram um tipo de sentimento ou consciência de *mea-culpa* e colocaram a questão ambiental na agenda política dos países do Norte¹⁵, por pressão de organizadas e engajadas frações da sociedade civil daqueles países, com destaque para as que seriam denominadas, futuramente, de organizações não-governamentais (ONGs).

Goldenberg (1997)¹⁶ sugere que mesmo antes da crise econômica fordista, aquelas sociedades demonstravam preocupação ambiental, e isso porque o bem-estar material alcançado possibilitou-lhes tempo para pensarem em questões distantes da sobrevivência imediata.

Seja como for, houve a configuração de um complexo de crises¹⁷: econômica, existencial, comportamental, de saberes, de civilizações, das certezas e seguranças quanto ao futuro imediato, dentre outras. A par das frações sociais hedonistas pós-modernas, fortaleceram-se aquelas preocupadas com a humanidade e a natureza¹⁸ – de grupos sociais bem-intencionados e ingênuos, até grupos econômicos com interesses bem representados pelo discurso do Clube de Roma¹⁹.

A necessidade de legitimação do Estado capitalista em crise, principalmente no que diz respeito à liquidez, levou à incorporação das demandas dos grupos “ambientalistas” nas agendas públicas nacionais e internacionais. As pressões e questionamentos da sociedade civil organizada levaram órgãos, instituições e sistemas da Organização das Nações Unidas (ONU), como o Banco Mundial, ao reconhecimento do desastroso emprego de custosas tecnologias de manejo da natureza primeira, desenvolvidas para os complexos naturais dos países ricos e simplesmente transpostas para áreas completamente distintas de continentes já empobrecidos, causando fome por conta da ampliação das áreas sujeitas à desertificação. Em verdade, era a cobrança de uma das

promessas iluministas que o desenvolvimento científico-tecnológico libertaria o “homem” ao submeter, pelo conhecimento, a natureza. As populações africanas foram as que mais sofreram com tais iniciativas.

Também foram questionados os empréstimos efetuados para a execução de grandes obras de infra-estruturas prejudiciais à fauna, flora e frações sociais, como as hidrelétricas, para o então denominado Terceiro Mundo. E, com a divulgação do relatório encomendado pela Organização das Nações Unidas²⁰, em 1987, conhecido como *Relatório Brundtland*, cujo nome oficial é *Nosso futuro comum*, indicou-se como solução para os problemas ambientais mundiais um desenvolvimento capitalista com “equilíbrio” ambiental, com “harmonia”²¹ entre “homem” e natureza; e que passasse a ser condição para que estados, empresas e ONGs dos países centrais aceitassem emprestar, investir ou doar recursos aos países exuberantes em natureza primeira, não por acaso, aqueles do tal Terceiro Mundo.

A partir desses fatos, a questão ambiental se tornou o que Ribeiro (2001, *passim*) qualifica como “*ordem ambiental internacional*”, e chegou, por exemplo, à América Latina por intermédio dos documentos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)²², passando a constar, no caso brasileiro, como Capítulo VI (Meio Ambiente), na nova *Carta Magna* promulgada em 1988 e, no ano seguinte, em todas as constituições estaduais – na de São Paulo há o Capítulo IV²³: Meio Ambiente, Recursos Naturais e Saneamento.

Cunhada oficialmente, a expressão desenvolvimento sustentável passou a ser termo, noção e condição *sine qua non* para o ingresso de recursos externos ao chamado Terceiro Mundo, tornando-se uma definição propiciadora de enormes lucros às empresas e consultorias, aos laboratórios e centros de pesquisa a serviço de vários setores e atividades econômicas, em busca de chancela de desenvolvimento sustentável, codificada nos certificados ISSO²⁴; tornou-se ponto de divergência entre “ambientalistas” dos antigos chamados Primeiro e Terceiro Mundos, entre grupos sociais pobres, extrativistas e “ambientalistas”, e entre saberes científicos diversos; tornou-se também estratégia de propaganda e *marketing*, discurso de plataformas políticas eleitorais; questão política e social, e, principalmente, uma salvação para o capital em crise.

O desenvolvimento sustentável

Mas o que seria mesmo desenvolvimento sustentável? No *Relatório Brundtland* (1987) consta como o “[...] desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades”. Destarte, a definição é constituída por abstrações: “desenvolvimento”, “satisfação de necessidades”, “necessidades do presente”, “capacidade das gerações”, “gerações futuras”, “próprias necessidades”.

A expressão teria sido utilizada anteriormente; porém, a partir da divulgação do relatório, foi globalizada, mas, de tão ambígua, a noção comportaria mais de 84 interpretações²⁵ diferentes. No *Brundtland*, a noção de desenvolvimento sustentável foi complementada por medidas que os governos dos estados deveriam implantar; são elas:

- Limitar o crescimento populacional. Quando grandes contingentes populacionais são considerados mercados consumidores, as leituras são otimistas, mas quando se tratam de massas empobrecidas, as leituras são catastróficas e ressurgem as perspectivas neomalthusianas²⁶;
- garantir alimentação, água e energia em longo prazo. Como? Se o solo, a terra, a água, a fauna e a flora, tornadas raridades, são as únicas formas de inserção dos estados pobres na economia global e, portanto, uma das poucas formas de adquirirem “moeda forte”?
- preservar a biodiversidade dos ecossistemas. Para quem? Como reserva de valor para os próprios estados? Para os estados estrangeiros, para as comunidades locais, para as indústrias do setor químico-farmacêutico e de biotecnologia e/ou para garantir a vida no planeta de seletas frações de classe da “espécie humana”?
- diminuir o consumo de energia e desenvolver tecnologias que utilizem fontes energéticas renováveis. Quem deveria diminuir o consumo energético? Indivíduos e setores dos países do Norte, dos intermediários ou do Sul? Cabe lembrar que milhões de pessoas no mundo ainda indispõem de iluminação noturna²⁷ e que a diminuição local do consumo de energia pode corresponder à superexploração e à superutilização energética em outra parte do planeta, pois para o capitalismo é vital garantir a acumulação abstrata de riqueza de forma sempre ampliada;
- aumentar a produção industrial nos países não-industrializados à base de tecnologias ecologicamente adaptadas. Como serão adquiridas ou desenvolvidas tais tecnologias? Pesquisas são custosas e os saberes tradicionais – em suposição, os ecologicamente adaptados – têm sido patenteados por grandes corporações industriais;
- controlar a urbanização desenfreada integrando campo e cidades menores. A urbanização é um processo social estreitamente vinculado à inserção econômica dos estados na economia global; portanto, não é uma variável independente;
- atender às necessidades básicas como saúde, escola e moradia da população mais pobre. Como, se os estados mais pobres do mundo são pressionados, por demandas próximas e distantes, a disporem de sua natureza primeira como forma, novamente, de obtenção de “moeda forte”?

Considerando as relações internacionais entre os estados, o documento *Nosso futuro comum* estabelece “metas”,²⁸ como:

- Todos os órgãos, setores, entidades e instituições internacionais de fomento devem adotar a estratégia do desenvolvimento sustentável²⁹. Como, sem antes questionar a atual cultura do consumismo?³⁰;
- a comunidade internacional deve proteger os biomas supranacionais como os oceanos e a Antártica. Essa outra abstração denominada “comunidade internacional” ou equivalente preservará tais áreas para quem, para quê, por quanto tempo e por qual custo?;
- os estados devem banir as guerras. Como bani-las, se é incontestável o fato de o neoliberalismo atual, do qual o discurso do desenvolvimento sustentável

é integrante, ter acirrado a xenofobia, o narcotráfico, a produção e o uso de armamentos, a fome, o terrorismo e os diversos fundamentalismos?;

- deve haver a implantação de um programa de desenvolvimento sustentável mundial por parte da ONU. Trata-se de explícita estratégia geopolítica, de impressionante subordinação de todo e qualquer tipo de política pública nacional, regional e local às concepções formuladas em um relatório encomendado pela ONU, um órgão cujo Conselho de Segurança – o principal – é constituído por apenas cinco países membros permanentes³¹, com direito de veto e dez rotativos?

Ainda segundo o documento, para o desenvolvimento sustentável efetivar-se como uma proposta de integração “equilibrada” entre os sistemas³² econômico, político, social, cultural e ambiental faz-se necessário um:

- Sistema econômico gerador de excedentes e técnicas confiáveis. O capitalismo é gerador de excedentes, entretanto apropriados por poucos. As fusões³³ das últimas décadas demonstram que a mais valia mundial está cada vez mais concentrada em poucas corporações;
- sistema de produção preservador das condições naturais do desenvolvimento. Talvez seja possível tornar menos impactantes certos tipos de processos produtivos; porém, a modernização tecnológica depende de custosas pesquisas, inalcançáveis a muitos governos e indústrias. E, mesmo quando algumas empresas constroem a imagem publicitária de preocupadas com o meio ambiente e promotoras de medidas produtivas mitigadoras de efeitos negativos, omitem o fato de os custos serem repassados aos consumidores finais das mercadorias. Além disso, omitem que há etapas dos processos produtivos que continuarão predatórias à natureza primeira por muito tempo. E, ainda, omitem que as etapas mais predatórias são transferidas para países muito pobres³⁴, os quais aceitam recebê-las em troca da remessa de recursos financeiros;
- sistema tecnológico objetivador de soluções. Há insistência no pior da razão iluminista, qual seja: uma “fé” cega na técnica, de modo algum neutra, como resolução de todos os problemas, ignorando ou esquecendo, propositalmente, os riscos inerentes a todas as técnicas, sobretudo daquelas inventadas para controlar dinâmicas da natureza primeira ou para reproduzi-las, como se tais dinâmicas fossem totalmente decifradas e controláveis. Alertas como os de Sevá (1989), Giddens (1991), Ulrich (1992) e Tavolaro (2001) têm sido negligenciados;
- sistema político com ampla participação de todos os cidadãos. As denúncias não cessam: a participação de todos tem sido burlada, pois apesar da existência de ONGs bem-intencionadas e da abertura de canais oficiais de participação da sociedade civil, na forma de instituições, movimentos sociais, comunidades e outros tipos de organizações em nível mundial, correntemente os interlocutores mais simples são desqualificados e suas demandas desconsideradas³⁵. Por não deterem conhecimentos técnico-científicos, comunidades indígenas, quilombolas, associações de bairros, pescadores artesanais, extratores, criadores extensivos, atingidos por barragens e outros, não são comunicados das audiências públicas

e/ou quando participam possuem as formas tradicionais de trabalho caracterizadas como “atrasadas” e destrutivas. Como conseqüência tem ocorrido o que Porto-Gonçalves (2004, p. 39) denomina de forçado des(envolvimento)³⁶ dos sujeitos sociais dos locais tradicionais de vida e a conseqüente “insustentabilidade” da reprodução do *modus vivendi*, desembocando em empobrecimento e migrações rurais-urbanas;

- sistema internacional com comércio e financiamentos sustentáveis. O que significaria comércio igualitário, mas, como, se os países do mundo possuem governos, estados, frações de natureza primeira e condições histórico-socioculturais e econômicas diferentes? E se a prática da privatização dos lucros e socialização dos prejuízos é imanente ao capitalismo?;
- sistema administrativo flexibilizado. Para quê e para quem? Lembremos que o sinônimo de flexibilização tem sido precarização das condições de trabalho e rápido sucateamento dos saberes do trabalhador, principalmente dos mais pobres;
- sistema social que solucione os problemas oriundos de um desenvolvimento desigual. A desigualdade é imanente ao modo de produção capitalista, é uma precondição de existência.

Por mais panfletárias que sejam as observações acima³⁷, o que se observa é o desenvolvimento sustentável ter sido utilizado como resolução dos problemas sociais, econômicos e naturais pelo mercado, um mercado capitalista em fase neoliberal e extremamente ágil no tempo e no espaço por conta da Terceira Revolução Industrial (da eletroeletrônica e da fibra óptica). E mais, é uma solução ou resposta à questão ambiental construída em tempos de crise do modo de produção capitalista, portanto, quando necessitava de inovações para incrementar a economia mundial e lutar contra a lucratividade decrescente. Assim, nada como denunciar os desastres produzidos pela razão iluminista apropriada e empregada pelo próprio capitalismo, criar raridades e indicar soluções para os problemas que criou – lucrando com todo o processo.

Em outros termos, depois de séculos de produção da escassez dos elementos da natureza primeira (constituintes das forças produtivas), o que se tem neste início de século 21 é a natureza primeira³⁸ como raridade – natureza negociada na bolsa de valores (*commodities*), reserva futura para o capital (áreas de preservação e conservação) e, mesmo, como capital simbólico³⁹. Em verdade, o par escassez-raridade expressa as contradições, como outras tantas, oriundas do modo de produção capitalista, auto-contraditório em si.

O predomínio mundial do modo de produção capitalista desde o final do século 20, com a queda do muro de Berlim, parece ter desmobilizado ou fragilizado as consciências e a capacidade de crítica contundente e fundamentada por parte das ciências sociais e humanas. É o que se tem denominado de período da “nova aconceitualidade” (KURZ⁴⁰ apud CARNEIRO, 2005, p. 27), ou seja, a repetição insistente de termos como “cidadania”, “democracia”, “desenvolvimento sustentável”, “participação” e “sustentabilidade”, dentre outros, por ambientalistas, capitalistas, conservadores, estudantes, letrados, movimentos sociais, profissionais liberais, progressistas, religiosos, pela mídia

em geral, em países pobres, ricos e remediados, como se o entendimento e o significado fossem o mesmo para todos os grupos e frações de classes sociais. Não se discute com profundidade o que significam, criando, sim, uma “unanimidade burra⁴¹” (RODRIGUES, [19--],), uma ideologia perniciosa. Nesse sentido, o “desenvolvimento sustentável” é a ideologia mais bem sucedida das últimas décadas. Carneiro (2005, p. 27, 32) escreve:

“Em relação às investigações sobre a chamada ‘questão ambiental’, mais especificamente, a dominância da onda geral de ‘aconceitualidade’ dos anos 1990 encontra na noção de ‘desenvolvimento sustentável’ seu instrumento perfeito. [É continua:] Esse silêncio conceitual, essa censura primordial ubíqua, não explicitamente enunciada, permite tomar como natural e incontornável a forma especificamente capitalista de apropriação das condições naturais.”

Assim, outra questão se impõe: a quem serve tal ideologia? Pois, quando relembramos Marx (1985, p. 129)⁴², explicando a transformação do dinheiro em capital (D – M – D’)⁴³, o autor é enfático ao dizer que “o movimento do capital é insaciável”, e:

“Como portador consciente desse movimento, o possuidor do dinheiro torna-se capitalista. Sua pessoa, ou melhor, seu bolso, é o ponto de partida e o ponto de retorno do dinheiro. O conteúdo objetivo daquela circulação – a valorização do valor – é sua meta subjetiva, e só enquanto a apropriação crescente da riqueza abstrata é o único motivo indutor de suas operações, ele funciona como capitalista ou capital personificado, dotado de vontade e consciência. O valor de uso nunca deve ser tratado, portanto, como meta imediata do capitalismo. Tampouco o lucro isolado, mas apenas o incessante movimento do ganho. Esse impulso absoluto de enriquecimento, essa caça apaixonada do valor, é comum ao capitalista e ao entesourador, mas enquanto o entesourador é apenas o capitalista demente, o capitalista é o entesourador racional. A multiplicação incessante do valor, pretendida pelo entesourador ao procurar salvar o dinheiro da circulação, é alcançada pelo capitalista mais esperto ao entregá-lo sempre de novo à circulação.” (p. 129-130)

O fundamental é referendar que, mesmo guardadas as transformações pelas quais passou o modo de produção capitalista desde a análise de Marx, o objetivo máximo, básico, razão de ser do capitalista e do capitalismo continua o mesmo, é o lucro constantemente ampliado a cada ciclo de circulação da mercadoria. Seja uma mercadoria material, imaterial ou virtual.

Do exposto, desenvolvimento sustentável inserido no modo de produção capitalista é uma falácia unânime, uma ideologia, é *doxa*⁴⁴, pois inverte, subverte, revela e oculta trechos de verdades e exclui as concepções concorrentes (CARNEIRO, 2005, p. 42, 43); serve à manutenção do *status quo*. Lembra-nos Porto-Gonçalves (2004, p. 24):

“Desenvolvimento é o nome-síntese da idéia de dominação da natureza. Afinal, ser desenvolvido é ser urbano, é ser industrializado, enfim, é ser tudo aquilo que nos afaste da natureza e que nos coloque diante de constructos humanos, como a cidade, como a indústria.”

Há setores produtivos que, ao menos, poderiam prejudicar em menor grau a natureza primeira e os grupos sociais locais e regionais? Talvez sim, mas cada projeto,

programa, agenda, política, proposta, setor, atividade e empreendimento deve ser detidamente analisado, com a consciência de o modo de produção capitalista ser “logicamente insustentável” (CARNEIRO, 2005, p. 31) e, na atual fase, a qual David Harvey (1992, *passim*) denomina de período da *acumulação flexível*, uma das formas fundamentais de acumulação abstrata de riqueza é a natureza primeira, tomada como recurso e mercadoria – esta cada vez mais rara: DNAs, biodiversidades, fauna, flora, águas, ar, genomas.

Os estados, principalmente os dos países do Sul, históricos devedores e apesar do discurso neoliberal, necessitam financiar as condições gerais de produção e circulação do capital como forma de atrair os chamados capitais flutuantes com o objetivo de fixarem-se, como pequena porcentagem se fixa, quando se retiram; levam brutal produção de riqueza, causando inadimplência, aumento da dívida pública interna e falta de recursos para arcar com o pagamento das dívidas. A saída é agregar valor às mercadorias exportáveis como forma de obter entrada de recursos e, no caso, o que se tem estimulado é a busca de *superávit* primário, ou seja, a entrada de recursos pela circulação direta ou indireta, explícita ou implícita da natureza primeira como mercadoria⁴⁵: exporta-se em quantidade e em qualidade solo, água doce e sementes, além do tempo de vida e *savoir-faire* de tradicionais comunidades locais-tropicais. A desatenção para com a dimensão espacial da ideologia do desenvolvimento sustentável ignora que um projeto “sustentável” no Japão pode estar gerando efeitos danosos no Cerrado brasileiro.

Selando a construção de uma unanimidade “aconceitual” do que seria o desenvolvimento sustentável – manutenção da socialização dos prejuízos e privatização de benefícios – 175 representantes de estados compareceram à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUCED), mais conhecida como Rio-92.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o intento de responder quando, como, onde e por que a questão ambiental passou a integrar a pauta mundial contemporânea e o que seria e a quem serve o desenvolvimento sustentável, espera-se ter contribuído à conscientização de a questão ambiental ser, antes de tudo, uma questão político-econômica e a noção de desenvolvimento sustentável ser uma ideologia⁴⁶. Espera-se, também, ter alertado para o fato de discursos insistentemente reiterados, mas pouco explicitados, serem “unanimidades burras” nada ingênuas e devem ser questionados, porque, conscientemente ou não, orientam as práticas ditas “sustentáveis”.

A desmistificação das ideologias envolvendo questões da natureza primeira, ainda é possível por intermédio de abordagens críticas renovadas das ciências sociais e humanas. Porém, sem empirismos, são os estudos de contextos e casos concretos os reveladores⁴⁷ das meias-verdades e das meias-mentiras dos discursos ideológicos. Por exemplo, investigações acerca das realidades dos países do Sul (ou do antigo Terceiro Mundo, como queiram), seus processos sociais de urbanização com as forma-cidades correspondentes, do conjunto de agentes e setores públicos e privados atuantes, com a

aceitação do desenvolvimento sustentável, tal como idealizado no *Relatório Brundtland*, podem resultar em políticas públicas urbanas e em intervenções muito bem-intencionadas, mas desastrosas. Uma mínima apreciação crítica se faz necessária para que o geógrafo, gestor, engenheiro, paisagista, projetista, urbanista aprofundem a consciência da complexidade das situações e, alertado(s), decida(m) aceitar, rejeitar, negociar, questionar ou rebater a ideologia reforçadora do *status quo*.

A ignorância e os modismos intelectuais nos fazem descartar conceitos bem construídos em favor de noções ambíguas; por exemplo, em que os conceitos de “impacto” negativo ou positivo, de “efeitos danosos” ou de “externalidades negativas” perdem em capacidade de análise de situações concretas para a noção de “sustentável” ou de “sustentabilidade”?

Como o desenvolvimento sustentável consta de todo o nível legislativo mundial contemporâneo e os profissionais são obrigados a mencioná-lo, pelo menos explicitem a compreensão que possuem, abrigados por um aparato teórico⁴⁸ orientador da análise e da prática social.

É inerente às nossas pesquisas a abordagem das questões ambientais urbanas sob a ótica dos danos, compensações, aproveitamento e integração com o suporte biofísico existente. Para tanto, acreditamos que uma mudança de referencial de análise se faça necessária, ao adotarmos posturas que passem, por exemplo, a encarar como *infra-estrutura* os aportes da natureza (se não a primeira, pelo menos aquela transformada pelo homem), para o entendimento dos fenômenos naturais que, com os processos sociais, permitirão o surgimento de desenhos para as cidades. Dessa maneira, será possível avançarmos no sentido de abandonarmos termos extremamente comprometidos com o *status quo* vigente, porém, fornecendo respostas às questões objetos de interesse dos diferentes grupos que constituem a sociedade.

Notas

- (1) KOSIK, K., 1976, *passim*.
- (2) LOBO, F., 2007, p. 19-27.
- (3) CHOAY, F., 1979, *passim*.
- (4) Inclusive da “natureza humana.”
- (5) SOUZA, M. A. A. de, 2002, p. 1, utiliza a expressão *natureza naturata*.
- (6) Vide a criação dos parques nacionais. O primeiro deles é de 1872, nos Estados Unidos, o Parque Yellowstone, conhecido como “Parque do Zé Colméia”, urso personagem de desenho animado criado pelo estúdio norte-americano de William Hanna e Joseph Barbera.
- (7) As forças produtivas, do capital e para o capital, abrangem os meios de produção (matérias-primas, bens naturais, fontes de energia, terra, água, fauna, flora, enfim, a natureza primeira, mais os maquinários, os instrumentos, as ferramentas e as técnicas de produção) e a força de trabalho (educação e organização do trabalhador). As relações de produção distinguem os possuidores (os capitalistas, a burguesia, os dominantes) e os não-possuidores (os trabalhadores, o proletariado, os dominados) das forças produtivas. Da contradição primordial derivam outras tantas contradições e leituras; por exemplo, podemos ler o par forças produtivas x relações de produção do seguinte modo: natureza+trabalhador x capital e traduzi-lo como “questão ambiental contemporânea”. Ver BOTTOMORE, 1988, p. 157.
- (8) *Enciclopédia Larousse Cultural*, 1988, p. 2.995.
- (9) Princípio que invalidaria a busca da essência das coisas, pois seria/é impossível localizá-las no tempo e no espaço, quem dirá asseverar o que são as coisas. Contudo, o princípio pode ser entendido como reforçador

- da busca da essência, mas por critérios inovadores, não-dogmáticos e por uma nova consideração do que seria a verdade.
- (10) Considerando o petróleo como um elemento-exemplo constituinte das forças produtivas, temos: a capitalização da natureza petróleo, bem natural, transformada em matéria-prima e fonte de energia, portanto transformada em recurso natural e econômico e, como tal, com preço no mercado.
 - (11) A expressão “menores as dúvidas” está longe de significar unanimidade.
 - (12) ROUANET, S. P., 1987, p. 27, destaca que a razão iluminista “[...] apesar de tudo, é a proposta mais generosa de emancipação jamais oferecida ao gênero humano. Ela acenou ao homem com a possibilidade de construir racionalmente o seu destino, livre da tirania e da superstição. Propôs ideais de paz e de tolerância, que até hoje não se realizaram. Mostrou o caminho para que nos libertássemos do reino da necessidade, através do desenvolvimento das forças produtivas. Seu ideal de ciência era o de um saber posto a serviço do homem, e não o de um saber cego, seguindo uma lógica desvinculada de fins humanos. Sua moral era livre e visava uma liberdade concreta, valorizando como nenhum outro período a vida das paixões e pregando uma ordem em que o cidadão não fosse oprimido pela religião, e a mulher não fosse oprimida pelo homem. Sua doutrina dos direitos humanos era abstrata, mas por isso mesmo universal, transcendendo os limites do tempo e do espaço, suscetível de apropriações sempre novas, e gerando continuamente novos objetivos políticos”.
 - (13) Não foi muito diferente no socialismo real.
 - (14) Emblemático é o filme do diretor italiano Elio Petri, de 1971, *A classe operária vai ao paraíso*.
 - (15) A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, reunida em Estocolmo (1972), muito contribuiu para isso.
 - (16) GOLDENBERG, J., 1997.
 - (17) Basta ingressar em uma livraria e observar a quantidade de títulos destinados a ensinar como criar meninos, meninas, plantas, gatos, cachorros, como fazer amigos, como emagrecer, como fazer este ou aquele prato, como ser feliz e obter prazer imediatamente.
 - (18) Preocupações abstratas, porém legítimas. Fundamental é torná-las abstrações possíveis, como escreveu ROUANET, 1987, p. 27 (Ver nota n. 11), de “apropriações sempre novas, e gerando continuamente novos objetivos políticos” e, acrescentaria, objetivos concretos para realidades específicas.
 - (19) MAGNOLI, D., 2001. “O Clube de Roma nasceu em 1968, congregando cientistas, economistas e altos funcionários governamentais, com a finalidade de interpretar o que foi denominado, sob uma perspectiva ecológica, ‘sistema global’. §O arcabouço teórico do pensamento do Clube de Roma reside na idéia de que o planeta é um sistema finito de recursos, submetido às pressões do crescimento exponencial da população e da produção econômica. As suas conclusões apontavam o horizonte do colapso do sistema. As suas propostas organizavam-se em torno da noção de um gerenciamento global da demografia e da economia, a fim de alcançar um estado de equilíbrio dinâmico. Severas medidas de controle da natalidade e mudanças radicais nos modelos produtivos, com ênfase numa ‘economia de serviços’, eram as recomendações centrais da nova escola de pensamento ecológico. §A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, em 1972, ocorreu sob a égide dessas concepções e produziu declarações diplomáticas genéricas.” No mesmo ano de 1972, o Clube lançou o livro *Limites do crescimento*, de perfil catastrófico.
 - (20) Em 1983 a ONU criou a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, chefiada pela primeira-ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland, para que investigasse “realisticamente” a questão ambiental no mundo, formas de abordá-la e de propor soluções internacionais que envolvessem estados, representantes dos diversos setores econômicos, indivíduos, centros de pesquisa e outros interessados.
 - (21) Abordagens críticas não comportam noções como as de “equilíbrio” e “harmonia”, mesmo porque, utilizando a mesma lógica maniqueísta e dualista de raciocínio que ambos os termos comportam, o histórico do modo de produção capitalista pode ser caracterizado por vários aspectos, menos por ser equilibrado e harmonioso.
 - (22) Comissão regional da ONU para a região, criada em 1948, com sede na cidade de Santiago do Chile.
 - (23) SÃO PAULO (Estado), 1989. Título VI – Da Ordem Econômica, Capítulo IV, do artigo 191 ao 216.
 - (24) ISO diz respeito à Organização Internacional para Padronização de Normas, com sede em Genebra, na Suíça, a organização atua desde 1947. A série ISO 9000 corresponde às normas de gestão da qualidade em ambientes de produção e a série ISO 14.000 (“selo verde”) às normas gestão do ambiente na produção.
 - (25) Notas de curso. Geomorfologia na análise de relação sociedade-natureza, ministrado na pós-graduação pelo Prof. Dr. Jurandy L. S. Ross, FFLCH da USP, Departamento de Geografia, 2º sem. 1995.
 - (26) Segundo Porto-Gonçalves (2004, p. 31): “[...] 20% dos habitantes mais ricos do planeta consomem cerca de 80% da matéria-prima e energia produzidas anualmente [...]. §Vemos, assim, que não é a população pobre que está colocando o planeta e a humanidade em risco, como insinua o discurso malthusiano.”
 - (27) Se visitarmos as comunidades de Vão do Buraco, Buraquinhos e Barro Vermelho, no município de Chapada Gaúcha, no noroeste mineiro, perto da divisa dos estados de Goiás e Bahia, e perguntarmos quando chegou a energia elétrica, a resposta será: em março de 2007. Ver LOBO, F., 2007, p. 19-27.
 - (28) Em verdade, são propostas; contudo, o não-engajamento dos estados nas “propostas” significa veto da ONU e conseqüente ausência de auxílios diversos por parte da organização.

- (29) Por isso, a partir do ano de 1987, a noção obscura passou a constar os documentos oficiais da maioria dos países do mundo. Já mencionei o caso da nossa atual Constituição (1988).
- (30) ARANTES, J. T., 2007, p. 3.
- (31) Os membros permanentes são China, Estados Unidos, França, Reino Unido e Rússia.
- (32) Se a abordagem sistêmica ainda contribui para a compreensão de certas dinâmicas do mundo natural, ela é limitante para a abordagem da sociedade e da relação sociedade-natureza.
- (33) CHESNAIS, F., 1996, *passim*.
- (34) As tentativas de controle são recentes: a Convenção de Basiléia (Suíça) sobre movimentos transfronteiriços de resíduos perigosos e sua disposição é de 1992. Trata-se de iniciativa do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) em defesa da fauna e flora, mais do que em defesa dos grupos humanos afetados por substâncias tóxicas.
- (35) SILVA, C., 2005, p. 217-144.
- (36) Nas palavras de Porto-Gonçalves, 2004, p. 39: “Assim, des-envolver é tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantém com seu espaço, com seu território [...].”
- (37) Talvez, nesse texto, não estejamos conseguindo, como alerta Souza, 2002, p. 2, “[...] distinguir, especialmente para esses temas, o discurso do método, do texto político. O discurso competente, do discurso apenas inteligente e oportunista”; entretanto, resolvemos correr o risco da crítica.
- (38) Como provocação se poderia mencionar a Bíblia, 1969, p. 8-9, o Gênesis 9, “O pacto que Deus fez com Noé – E abençoou Deus a Noé e a seus filhos, e disse-lhes: Frutificai e multiplicai-vos, e enchei a terra. 2. e será o vosso temor e o vosso pavor sobre todo o animal da terra, e sobre toda a ave dos céus; tudo o que se move sobre a terra, e todos os peixes do mar, na vossa mão são entregues. 3. Tudo quanto se move, que é vivente, será para vosso mantimento; tudo vos tenho dado como a erva verde”.
- (39) Utilizar artesanato – sinônimo de resistência e preservação de tradições para tantos grupos – confeccionado por comunidades tradicionais: indígenas, caiçaras, bordadeiras, quebradeiras de coco, pescadores, etc., tem sido sinônimo de engajamento social e, dependendo da raridade da peça e do inusitado do material utilizado, o artesanato exerce tanto ou maior poder de capital simbólico que uma Ferrari.
- (40) KURZ, R., 1997, p. 16.
- (41) Nada contra a busca de consenso, mas um consenso construído via esclarecimento.
- (42) MARX, K. *O capital*, 1985, v. 1.
- (43) D= Dinheiro compra M= Mercadoria vendida gera D’= dinheiro ampliado e aplicado = a fórmula geral do capital.
- (44) Escreve Carneiro, 2005, p. 42, “Dessa forma, nos conflitos concretos e particulares, quanto mais os adversários se engajam nas lutas mais renhidas [...] mais eles se tornam objetivamente cúmplices na tarefa de colocar a própria validade da noção de desenvolvimento sustentável aquém de qualquer questionamento, reforçando-a em sua qualidade de doxa. Nesse sentido preciso, a doxa do desenvolvimento sustentável é, simultaneamente, condição e produto dos conflitos implicados na ‘questão ambiental’.” §De outra parte, a doxa do desenvolvimento sustentável preconiza a ‘administração científica’ da compatibilização entre os diversos usos das condições naturais e o ‘desenvolvimento.’” § “Assim, historicamente, a perspectiva do desenvolvimento sustentável vai se afirmando como doxa do campo da questão ambiental na medida em que consegue excluir as concepções concorrentes.” (Ibidem, p. 43)
- (45) O mesmo se pode falar da ampliação do turismo como atividade econômica globalizada: a paisagem como mercadoria de contemplação e uso.
- (46) Poderíamos dizer que não é a única, contudo é das mais contemporâneas e globalmente poderosas.
- (47) KOSIK, K., 1976, *passim*.
- (48) CIDADE, L. C. F., 1995, p. 1.

Bibliografia

BECK, Ulrich. *Risk society*. Londres: Sage, 1992.

A BÍBLIA SAGRADA. Tradução de João Ferreira de Almeida. Brasília: Sociedade Bíblica do Brasil, 1969.

ARANTES, José Tadeu. O novo fundamentalismo. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, ano 1, n. 3, p. 3, 2007.

BOTTOMORE, Tom (E.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1988.

CARNEIRO, Eder Jurandir. Política ambiental e a ideologia do desenvolvimento sustentável. In: ZHOURI, Andréa; LAS-CHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Orgs.). *A insustentável leveza da política ambiental: Desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

- CHESSAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CHOAY, Françoise. *O urbanismo – utopias e realidades: Uma analogia*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- CIDADE, Lúcia Cony F. A questão ambiental urbana: perspectiva de análise. In: ENANPUR, VI, 1985, Brasília. *Anais...* Brasília: UNB-ANPUR, 1985.
- ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Círculo do Livro, v. 15, 1988.
- GIDDENS, Antony A. *Conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.
- GOLDENBERG, José. *Avaliação da Rio + 5*. Palestra. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, 1997.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens de mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: O breve século XX. 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- KURZ, R. *A Intelligentsia depois da luta de classes: da Desconceitualização à desacademização da teoria*. In: KURZ, R. *Os últimos combates*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- LOBO, Flávio. *Big Brother no sertão de Antônio Dó. Página 22*, São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, n. 7, p. 19-27, 2007.
- _____. *A criação do futuro. Página 22*, São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, n. 11, p. 19-27, 2007.
- MAGNOLI, Demétrio. O Protocolo de Kyoto e terceira etapa da “ecodiplomacia.” *Revista Pangea Mundo: Quinzenário de Política, Economia e Cultura. Seção: Relações Internacionais*, 2 ago. 2001. Disponível em: <http://www.clubemundo.com.br/revistapangea/show_news.asp?n=56&ed=1>. Acesso em: 7 ago. 2007.
- MARX, K. *O capital: Crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, v. 1, 1985 (Os Economistas).
- MORAES, Antônio Carlos R. *Meio ambiente e ciências humanas*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- NOTAS DE CURSO. *Geomorfologia na análise de relação sociedade-natureza*. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. In: SADER, Emir (Org.). *O desafio ambiental*. Rio de Janeiro: Record, 2004. (Os porquês da desordem mundial. Mestres explicam a globalização).
- RIBEIRO, Wagner C. São Paulo: *A ordem ambiental internacional*. São Paulo: Contexto, 2001.
- ROUANET, Sérgio Paulo. *As razões do iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SÃO PAULO (Estado). *A constituição do estado de São Paulo*. São Paulo: Imesp, 1989.
- SEVÁ, Oswaldo. *Risco tecnológico e natureza alterada*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, 1989.
- SILVA, Carlos E. M. Lugar-habitat e lugar-mercadoria: territorialidades em tensão no domínio dos cerrados. In:
- ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Orgs.). *A insustentável leveza da política ambiental: Desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- SOUZA, Maria Adélia A. de. *Meio ambiente e desenvolvimento sustentável: metáforas do capitalismo*. Disponível em: <<http://www.territorial.org.br>>. Acesso em: 01 out. 2007.
- TAVOLARO, Sérgio B. de Faria. *Movimento ambientalista e modernidade: Sociabilidade, risco e moral*. São Paulo: Fapesp/Annablume, 2001.
- ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Orgs.). *A insustentável leveza da política ambiental: Desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

